



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4000760-75.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Liminar**
 Requerente: **Gilmar Amaro de Arruda**
 Requerido: **BANCO CIFRA SA CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor questiona sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito realizada pela ré.

Alegou que inexistia causa para tanto, pois ela se refere a parcela de financiamento já quitada.

Almeja ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que suportou.

As alegações do autor estão satisfatoriamente demonstradas no documento de fl. 17, o qual dá conta de que a parcela do financiamento firmado entre as partes vencida em 27/09/2012 foi devidamente liquidada.

Foi ela que propiciou sua negativação (fl. 20).

Tal documento não foi impugnado especificamente pela ré em contestação, valendo registrar, aliás, que a peça de resistência peca pela generalidade ao não abordar os aspectos trazidos à colação de maneira precisa.

Diante desse panorama, fica claro que a negativação do autor foi indevida, inexistindo lastro que a sustentasse.

A pretensão deduzida prospera, portanto, para que ela seja definitivamente excluída.

Solução diversa merece o pedido para o recebimento de indenização.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Não obstante se reconheça que a ilegítima inserção perante órgãos de proteção ao crédito renda ensejo a danos morais passíveis de ressarcimento, os documentos de fls. 34/36 e 38/39 demonstram que o autor ostenta diversas outras negativas além daquela tratada nos autos e que não foram impugnadas.

Isso inviabiliza o recebimento da indenização em apreço consoante pacífica jurisprudência:

“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravamento desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça cristalizou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Não se acolhe, em consequência, o pleito no particular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexigibilidade do débito aludido na petição inicial.

Torno definitiva a decisão de fl. 26.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**